

ISSN: 2319-0124

DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL: Uma análise dos orçamentos dos municípios dos Campus do IFSULDEMINAS

Cássio A. B. FERNANDES¹; Arnaldo C. BOTAZINI JUNIOR²

RESUMO

Esse trabalho busca trazer as considerações e os estudos decorrentes de artigos científicos sobre os orçamentos e a dívida pública. A sustentação teórica que embasou esta pesquisa está moderada nas teorias da Dívida Pública e Orçamento Público. Desse modo, permitindo levantar a importância dos estudos sobre dívidas públicas, além de mostrar do impacto da dívida pública no orçamento municipal. Sua metodologia é descritiva, quantitativa e realizada através de análise documental, tendo como objetivo analisar os orçamentos, receitas, despesas dos municípios que tem campus IFSULDEMINAS, foi analisado o ano de 2021. A base de dados utilizadas denominada FIMBRA extraída no site do STN. Os resultados mostraram que as cidades estão dentro dos limites impostos pelas leis orçamentárias, as receitas adquiridas conseguem manter os municípios. Por fim, a pesquisa apresenta a necessidade de aumentar o espaço temporal, visto que, analisar outros anos aumentaria os dados e melhora os resultados.

Palavras-chave: Dívida Pública; Orçamento Público; Endividamento.

1. INTRODUÇÃO

A temática sobre dívidas públicas avança ganhando expressão na academia, em que diversos pesquisadores buscam compreender as complexidades do assunto (RESENDE, 2020; SILVANO, 2021). Desse modo, estudo sobre essas temáticas ajuda a compreender como os municípios tem gerido seus orçamentos, receitas e despesas.

Segundo Santos e Camacho (2014) o orçamento público assume no planejamento das ações públicas bem como em suas execuções e avaliações, tal ferramenta destaca-se por estimar as receitas e fixar as despesas a se gastar em um determinado período. Essa ferramenta ajuda os gestores a controlar os gastos públicos, visto que, eles precisam manter um tento de gastos. Tendo em vista tais aspectos, esta pesquisa tem caráter descritivo, seus objetivos estão pautados em analisar as receitas, despesas e orçamentos dos municípios que tem campus do IFSULDEMINAS.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A dívida pública pode ser proveniente de empréstimos, depósitos e resíduos passivos, e,

¹Bolsista PIBIC JR, IFSULDEMINAS – *Campus* Passos. E-mail: cassioborgesf@gmail.com.

²Orientador, IFSULDEMINAS – *Campus* Passos. E-mail: arnaldo.junior@ifsuldeminas.edu.br.

quanto ao prazo de amortização, divide-se em: dívida flutuante ou não consolidada e dívida fundada ou consolidada (ANDRADE, 2007). A discussão sobre as dívidas públicas tem ganhando espaço na sociedade, isso tem acontecido por diversas razões, umas das principais é a má gestão dos recursos públicos, cada vez as notícias tem mostrado diversos casos, acontecendo em todos os níveis de governo.

De acordo com Lima e Diniz (2016) o equilíbrio orçamentário refere-se à capacidade do governo em gerar receita para financiar as despesas, sem comprometer a liquidez e sem utilizar as reservas financeiras. Foram criadas leis que ajudam os gestores a manter o equilíbrio dos gastos públicos, umas das leis é a LRF.

Em 2000, foi aprovado a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que tem como objeto a responsabilidade na gestão fiscal, tendo como base o planejamento e transparência nos gastos públicos (SILVA; CARVALHO; MEDEIROS, 2009). Atualmente é umas das ferramentas mais importantes de controle de gastos públicos.

Quadro1: Formulas dos Indicadores de Receita, Despesas e Desempenho Orçamentário.

Referências	Indicadores	Fórmulas
A	Participação da receita corrente	$\frac{\text{Receita Corrente Realizada}}{\text{Receita Realizada Total}}$
B	Participação da Receita de Capital	$\frac{\text{Receita de Capital Realizada}}{\text{Receita Realizada Total}}$
C	Participação da Arrecadação na Receita Corrente	$\frac{\text{Arrecadação}}{\text{Receita Corrente}}$
D	Participação da Despesa Corrente	$\frac{\text{Despesas Corrente}}{\text{Despesa Total}}$
E	Participação da Despesa de Capital	$\frac{\text{Despesa de Capital}}{\text{Despesa Total}}$
F	Resultado da Execução Orçamentária	$\frac{\text{Receita Executada}}{\text{Despesa Executada}}$
G	Cobertura de Custeio	$\frac{\text{Receita Corrente}}{\text{Despesa Corrente}}$
H	Capacidade de Geração de Poupança	$\frac{\text{Receita corrente-Despesa corrente}}{\text{Receita Corrente}}$
I	Resultado do Orçamento de Capital	$\frac{\text{Receita de Capital}}{\text{Despesa de Capital}}$

Fonte: Lima e Diniz (2016).

Esses são os indicadores usados para analisar os dados da amostra, eles conseguem contabilizar a saúde financeira dos municípios, além de mostrar como cada município está usando recursos financeiros. Essas ferramentas ajudam no controle dos orçamentos públicos, visto que, elas conseguem quantificar as receitas, despesas e desempenho orçamentário.

3. MATERIAL E MÉTODOS

A metodologia da presente pesquisa, caracteriza-se como descritiva. De acordo com Gil (2002, p. 42), este tipo de pesquisa tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno, ou então, o estabelecimento de relações entre variáveis. Desse modo, os estudos descritivos não ficam apenas na coleta dos dados, ele contribui para uma análise mais rica em detalhes.

A execução da pesquisa, análises e o tratamento dos dados, será viabilizada pela técnica de análise documental de registros publicados em meio eletrônico. Como fonte principal foi utilizado os registros contidos no banco de dados Finanças do Brasil – Dados Contábeis dos Municípios (FINBRA), disponível no site da Secretaria do Tesouro Nacional, do ano de 2021. Como fonte secundária a pesquisa utilizou o banco de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os municípios da amostra foram as cidades que tem campus do IFSULDEMINAS, são elas: Carmo de Minas, Inconfidentes, Machado, Muzambinho, Passos, Poços de Caldas, Pouso Alegre e Três Corações.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Essa seção traz os resultados analisados da amostra, a tabela 1 mostra os resultados dos indicadores de Receita Corrente, Receita de Capital e Arrecadação.

Tabela 1: Indicadores de Receita Corrente, Receita de Capital e Arrecadação do ano 2021.

Ano 2021	Participação da receita corrente (%)	Participação da receita de capital (%)	Arrecadação / Receita corrente (%)
Carmo de Minas	96,53	3,47	6,42
Inconfidentes	87,58	12,42	7,47
Machado	94,90	5,10	12,13
Muzambinho	97,46	2,54	10,95
Passos	97,99	2,01	18,89
Poços de Caldas	99,61	0,39	18,42
Pouso Alegre	98,11	1,89	15,26
Três Corações	98,54	1,46	12,26

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

A tabela 1 mostra que em relação ao indicador de receitas corretes todos os municípios tiveram bons resultados, e que tem capacidade de autofinanciar suas operações. Em relação ao indicador receita de capital, os resultados foram positivos para sete cidades, apenas Inconfidentes que teve um resultado de 12,42%, esse dado pode mostrar que existe algum tipo de ação de financiamento do governo. A tabela 2 evidencia os resultados dos orçamentos, custeio, poupança e capital.

Tabela 2: Resultados dos indicadores.

Ano 2021	Resultado da execução orçamentária	Cobertura de Custeio	Capacidade de geração de poupança (%)	Resultado orçamento de capital
Carmo de Minas	1,33	1,39	28,15	0,61
Inconfidentes	1,59	1,50	33,18	0,29
Machado	1,13	1,24	19,55	0,42
Muzambinho	1,30	1,33	24,55	0,76
Passos	1,22	1,33	24,87	0,23
Poços de Caldas	1,17	1,22	17,84	0,12
Pouso Alegre	1,20	1,33	24,73	0,20
Três Corações	1,05	1,09	8,55	0,29

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Os resultados mostraram que as cidades ficaram com 22,67% de média de capacidade de geração de poupança, apenas Três Corações obteve um resultado inferior ficando com 8,55%.

5. CONCLUSÕES

A pesquisa teve o objetivo de analisar o impacto do orçamento municipal na dívida pública, visto que, a dívida pública pode comprometer uma parte do orçamento dos municípios, com isso, deixando os municípios com menos recursos. Os resultados mostram que os municípios da amostra tiveram resultados positivos, mostrando assim, que esses municípios possuem capacidades de autofinanciar sem precisar recorrer a empréstimos. A pesquisa contribui por oferecer a pesquisadores do campo algumas orientações fundamentais. Como sugestão, indica-se a necessidade de fazer uma análise com um temporal maior, podendo assim fazer comparações dos anos analisados.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu orientador e o IFSULDEMINAS pela oportunidade de fazer iniciação científica Jr com bolsa.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, N. A. **Contabilidade pública na gestão municipal**. 3ª edição. São Paulo: Atlas, 2007.

LIMA, S. C., & DINIZ, J. A. (2016). **Contabilidade Pública: análise financeira governamental**. São Paulo: Atlas.

DOS SANTOS, Luciano Aparecido; CAMACHO, Eliane Utrabo. Orçamento público municipal: uma análise no município de Cosmópolis/SP com enfoque no equilíbrio das receitas x despesas no período de 2007 a 2012. **Revista Evidenciação Contábil & Finanças**, v. 2, n. 2, p. 82-94, 2014.

RESENDE, M. F. **Emissão de moeda e dívida durante a pandemia do Covid-19**. Cedeplar, Universidade Federal de Minas Gerais, 2020. Disponível em: <Emissão de Moeda e Dívida Durante a Pandemia do COVID-19>

SILVA, Anderson Caputo; CARVALHO, L. O. DE; MEDEIROS, O. L. DE. **Dívida Pública: a Experiência Brasileira. Brasília: Banco Mundial e Tesouro Nacional**, 2009. 502 p. (978-85-87841-34-6). Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/conceitos-basicos-faq>. Acesso em: 07 agosto. 2022.